



SMAD e os NAPPs de Meio Ambiente, Agrário, Cidades, Democracia e Estado, Energia, Logística e Economia

A Transição Ecológica do Brasil

Proteger o meio ambiente para desenvolver com inclusão.

Uma Transição Ecológica Nacional é necessária, à luz da emergência climática que se impõe sobre nós e que a ciência corrobora ao não dar margem para qualquer tipo de dúvida ou interpretação: o aquecimento global é inequívoco e seus resultados são catastróficos. Sabemos que os custos de não enfrentarmos de frente o problema climático são inaceitáveis, com projeções de redução de 10% do PIB ao ano, perda de mais de cinco trilhões de reais na produção nacional no médio prazo - e principalmente o sofrimento humano: vai faltar comida, água, eletricidade, somado às cada vez mais constantes e severas tragédias ambientais como enchentes e secas - fica claro que precisamos agir de maneira contundente, tendo a proteção ambiental e promoção da vida digna como pilares para o desenvolvimento.

Portanto, o Governo Federal deve ser protagonista dessa transformação, liderando e induzindo a construção de novas capacidades da indústria nacional, na fronteira do conhecimento, gerando tecnologia e inovação em conjunto com a sociedade brasileira. Ao passo que dirige os benefícios sociais dos investimentos para as populações indígenas, quilombolas, tradicionais, vulneráveis e marginalizadas, tanto no contexto urbano quanto no campo. Incorporado dessa filosofia, propomos quatro missões que possam impulsionar um grande salto de desenvolvimento brasileiro:

A primeira delas, é a missão que abrange os desafios do Desmatamento Líquido Zero à Economia da Sociobiodiversidade. Nela, o ponto de partida é zerar o desmatamento, garantindo a floresta em pé e íntegra, de forma sustentável, ao mesmo tempo promover a restauração das áreas degradadas, a agropecuária de baixa emissão e induzir o desenvolvimento das cadeias da sociobiodiversidade. A partir desse objetivo, a retomada de planos, como os Planos de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento (PPCD), será a base para se ampliar e retomar fiscalização e proteção dos biomas, bem como o fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), no qual a FUNAI será incluída, e a transformação do IBAMA, e ICMBio, SFB e FUNAI como instituições permanentes de Estado em autarquias de regime especial. Nesse sentido, a retomada da regularização fundiária, o combate à grilagem de terras e a reforma agrária em bases sustentáveis, bem como o fortalecimento institucional do INCRA, são medidas urgentes e fundamentais.

A agricultura e a pecuária se somam como uma nova frente de corte das emissões. Retomaremos, o programa de reforma agrária e construiremos um sistema integrado e unificado dos cadastros fundiário, tributário e ambiental. O setor agrícola será impulsionado através dos bioinsumos e linhas de créditos que envolvam uma estratégia de combate às mudanças climáticas. É fundamental, também, o financiamento para a agricultura familiar com juros dignos e acesso a crédito, visando a criação de um fundo garantidor para o segmento, assim como o fortalecimento de programas como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Garantia Safra e outros.

Conjuntamente com esses esforços, é preciso estabelecer um Plano Nacional de Economia da Sociobiodiversidade, pautado na valorização das diversidades biológica, social e cultural dos povos indígenas e comunidades tradicionais. A proposta nesse ponto é criar a Empresa Brasileira da Biodiversidade (EMBRABIO), que será um agente flexível e com o escopo de coordenar recursos humanos e físicos já existentes no governo para potencializar seus resultados rumo à construção de cadeias da biodiversidade. A Embrabio atuará de maneira integrada e concomitante nas seguintes esferas: 1) Pesquisa Científica atrelada ao conhecimento tradicional e à extensão universitária; 2) Produção Agroflorestal, Agroecológica e de alimentos com ampla Assistência Técnica e Extensão Rural; e 3) Laboratórios de Negócios da Biodiversidade, incluindo o desenvolvimento da biotecnologia e a repartição de benefícios pelo acesso ao patrimônio genético. Desta maneira, induzir uma Reindustrialização Verde, fomentando pólos tecnológicos da sociobiodiversidade.

A segunda missão, é de construir as Cidades Democráticas e Sustentáveis que ofereçam oportunidades de ter uma vida digna, com empregos decentes, com acesso democrático ao espaço urbano. Com essa visão propomos alguns pilares para promover a transição ecológica nas zonas urbanas.

O primeiro deles, o Programa Nacional voltado para a transição ecológica na gestão dos Resíduos Sólidos. No qual vamos retomar a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, na perspectiva de gerar uma drástica



SMAD e os NAPPs de Meio Ambiente, Agrário, Cidades, Democracia e Estado, Energia, Logística e Economia

redução da emissão de metano e de promover uma gradativa transição na gestão dos resíduos sólidos em direção aos princípios do Lixo Zero, com a eliminação de lixões, a redução de custos com a coleta e a disposição final adequada, privilegiando os processos de reciclagem e de compostagem local, atrelados à produção agroecológica. Nesta lógica, centraremos esforços para a construção de uma economia circular capaz de romper o paradigma linear da extração-transformação-consumo-descarte e estabelecer o paradigma da circularidade na indústria. Consequentemente, incluindo formalmente trabalhadores dessa cadeia, como os catadores.

O segundo pilar é o Programa Resiliência e Adaptação das Cidades para enfrentar a emergência climática. No qual a retomada e ampliação o Sistema Nacional de Prevenção e Resposta a Desastres e Eventos Extremos, assim como o Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN), com objetivo de adaptar as cidades e aumentar sua resiliência através do financiamento de intervenções voltadas para a redução de riscos e prevenção de desastres. Em especial, o combate às secas, inundações e alagamentos.

O terceiro e último pilar diz respeito ao Programa de apoio aos municípios para promoverem ações voltadas para a transição ecológica. Embora não seja competência direta do governo federal, ele deve estimular os estados e municípios a adotarem em seus planos diretores e nos programas, projetos e obras urbanas uma ampla gama de soluções baseadas na natureza, inclusive para o combate à fome, como agricultura urbana e peri-urbana.

A terceira missão diz respeito ao Transporte de Baixa Emissão. A mobilidade sustentável representa uma das grandes oportunidades para se transformar o estilo de desenvolvimento rumo à sustentabilidade econômica, social e ambiental. Portanto, propomos o Programa Nacional de Investimentos para a Mobilidade Sustentável que priorize a eficiência e a cobertura do transporte público (ônibus, trem, VLT e metrô), estimular a mobilidade ativa (redes de transporte para pedestres e ciclistas), fomentar sistemas compactos que aumentem a densidade e a diversidade de usos dos espaços e promover a adoção de tecnologias veiculares e de combustíveis menos poluentes (eletrificação da frota, biocombustíveis, incluindo fomento às células-combustível de hidrogênio a partir do etanol).

A quarta missão, diz respeito à Energia Limpa para Todos. A escolha da transição energética é estratégica visando colocar o país na fronteira do conhecimento, desenvolvendo as tecnologias que irão abastecer o planeta no mundo pós combustíveis fósseis. Por isso, propomos a estratégia nacional de investimentos em energias renováveis não convencionais (ERNCC), tais como fontes fotovoltaica, eólica offshore e onshore, biomassa e novas tecnologias como o hidrogênio verde, em seus diferentes estados de desenvolvimento. Aliado a isso, aspecto crucial é a liderança da Petrobrás e das concessionárias de energia pública na agenda de desenvolvimento tecnológico, somados à articulação com programas de fomento da FINEP e do BNDES. De decisões estratégicas como essas, poderemos apoiar biocombustíveis como biometano, etanol e, também a modernização de infraestrutura da transmissão de eletricidade a partir de redes inteligentes, visando a integração eficiente das diferentes fontes.

Finalmente, a quinta e última missão diz respeito à gestão integrada e abrangente da água e do respectivo território, explicitando as relações entre o sistema econômico e a capacidade de suporte do sistema hidrológico e o uso múltiplo das águas de maneira que se possa formular e implementar políticas públicas baseadas nessas interconexões. O Brasil detém a maior quantidade de água doce do planeta Terra e um dos 6 maiores litorais do mundo. Estas potencialidades estratégicas são essenciais para o novo ciclo de expansão econômica e desenvolvimento que desejamos para o Brasil. Sabemos que não basta quantidade e necessário qualidade deste bem comum sendo necessário a aplicação dos parâmetros previstos no enquadramento dos corpos hídricos, possibilitando o uso múltiplo das águas, além de garantir o acesso à água potável como direito humano essencial conforme previsto na Resolução A/RES/64/292 da ONU. Os ciclos de escassez hídrica que afetam sobremaneira o abastecimento de água nas cidades, a produção agrícola e a geração hidroelétrica, serão enfrentados por uma governança participativa com os comitês de bacias os demais colegiados que tem a água como protagonista em suas ações. Para tal é imprescindível implementar de forma participativa e descentralizada de programas de Gestão Integrada das Águas, tais como Sede Zero, Recuperação dos Mananciais e Manguezais, Conservação de Áreas Úmidas, Combate às Cheias e Alagamentos, aproveitamento de água pluviais e reúso das Águas cinzas, e através de programas de combate a alagamentos e cheias potencializar soluções baseadas na natureza, dentre outras ações que assegurem os múltiplos usos e a preservação deste bem público e vital, permitindo acesso à água, sobretudo à população mais vulnerável. Portanto, a evidência da vinculação entre o sistema econômico, social e ambiental, resulta ser



SMAD e os NAPPs de Meio Ambiente, Agrário, Cidades, Democracia e Estado, Energia, Logística e Economia

fundamental que o Brasil se afaste do desenvolvimento calcado em políticas públicas setoriais segmentadas e que carecem de parâmetros de sustentabilidade ambiental.

Igualmente, a pesca de pequena escala, considerando sua importância na produção de proteína saudável, bem como fonte de trabalho e renda, será prioridade com o Programa de Proteção dos Territórios Pesqueiros, que incentivará a atividade com fomento às cadeias produtivas sustentáveis. Nesse sentido, atender a pesca artesanal e a aquicultura familiar por meio do incremento de políticas públicas diferenciadas e produção de informações científicas integradas aos conhecimentos tradicionais para o setor, será fundamental para a socioeconomia pesqueira ambientalmente sustentável.

É imperioso ressaltar, diante a centralidade da água, que, as mudanças climáticas ao alterarem o ciclo hidrológico da água resultam em aumentos da frequência, intensidade e duração de eventos extremos, seja de calor, incêndios, secas, chuvas, inundações e subida do nível do mar, essa afetando a Zona Costeira e Marinha onde vive parte significativa da população brasileira. Consequentemente modifica-se o modo de funcionamento das cidades, da área rural, das atividades econômicas e sociais, alterando completamente o uso e ocupação que hoje fazemos do espaço. Temos uma crise climática provocada pelas mudanças climáticas.

Por fim, o compito total das missões visa objetivos essenciais para a esperança: uma vida mais saudável, com empregos e renda decentes, retomando a prosperidade. A partir da Transição Ecológica, vamos valorizar nossa cultura, nossa biodiversidade, proteger o meio ambiente e desenvolver, de maneira inclusiva, o país. Estudos do World Resources Institute (WRI), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), reforçam esse potencial, indicando um crescimento R\$ 2,8 trilhões até 2030, com 7,1 milhões de empregos, ambos acima do esperado, a partir de medidas de baixo carbono.

Portanto, é diante dessa visão de prosperidade, que vamos construir uma Transição Ecológica Nacional, a partir da coordenação e integração dessas políticas públicas, para que esse esforço seja braço relevante do desenvolvimento econômico do país.